

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO



ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL
CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO 2011/1
ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

NOME: _____

CARREIRA PRETENDIDA: _____ Nº INSCRIÇÃO: _____

FILIAÇÃO: _____

IDENTIDADE: _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

RESIDÊNCIA: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

ESTADO CIVIL: _____ ESCOLARIDADE: _____

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: _____

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

A Constituição é um conjunto sistemático e orgânico de normas que visam concretizar os valores que correspondem a cada tipo de estrutura social. Assim sendo, em sentido material, pode-se conceituar um texto constitucional como

- um ato unilateral do Estado, cuja fonte tem origem na sua estrutura organizacional, no seu sistema e na sua forma de governo.
- um conjunto normativo, que visa regular os poderes do Estado, incluindo sua formação, sua titularidade, seus meios de aquisição e seu exercício.
- um texto produzido exclusivamente por determinadas fontes constitucionais, tendo por base preceitos legais, que lhe são anteriores.
- um conjunto de princípios que expressam concepções decorrentes de valores morais, sociais, culturais e históricos, que asseguram os direitos dos cidadãos e condicionam o exercício do poder.

QUESTÃO 02

O “bloco de constitucionalidade” se constitui a partir de

- princípios, normas escritas e não escritas, fundamentos relativos à organização do Estado, direitos sociais e econômicos, direitos humanos reconhecidos em tratados e convenções internacionais dos quais o país seja signatário.
- normas escritas, emendas constitucionais de lastro formal, direitos fundamentais consagrados pela Constituição, de reconhecimento e aplicação internos.
- princípios não escritos, unidade, solidez, valoração de normas constitucionais que podem ser desmembradas para melhor efetivação dos direitos consagrados.
- conteúdo específico das normas constitucionais e infraconstitucionais, estabilidade, dinamicidade, dirigismo, garantismo, além de todas as normas constitucionais de caráter programático.

QUESTÃO 03

Quanto à aplicação das normas constitucionais no tempo e no espaço, pode-se considerar que

- I. o princípio da recepção é observado no momento da revisão constitucional e da emenda à Constituição, enquanto que a conexão das normas constitucionais com as normas conflitantes ocorre sempre que o conflito entre elas se estabeleça no caso concreto.
- II. as disposições constitucionais passíveis de desconstitucionalização são aquelas de natureza formal que não dispõem sobre a natureza material, enquanto que na conexão as regras materiais terão sempre de ser mediatizadas pelas regras de conflito.
- III. a revogação de normas constitucionais ocorre a partir da distinção entre inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente, devendo ser aplicada tanto em situações advindas da Constituição nova como também daquelas oriundas de uma revisão constitucional.
- IV. a derrogação do direito anterior se verifica sempre que a nova lei contiver disposições de caráter formal e material que versem sobre assuntos restritos à consagração de direitos e às limitações ao poder de governar.

Partindo de tais considerações, é **CORRETO** afirmar que

- a) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- c) apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- d) as afirmativas I, II, III e IV são falsas.

QUESTÃO 04

São fundamentos essenciais da República Federativa do Brasil:

- a) independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, integração econômica e cultural.
- b) concessão de asilo político, repúdio ao terrorismo e ao racismo, eleições diretas, não intervenção do Estado.
- c) soberania nacional, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho, livre iniciativa, pluralismo político.
- d) liberdade de exercício de qualquer ofício ou profissão, inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas, liberdade de associação para fins lícitos, direito de propriedade, desde que atendidas suas funções sociais.

QUESTÃO 05

Com base no “caput” do art. 5º da Constituição Federal, pode-se indicar como desdobramentos do direito a vida, **RESPECTIVAMENTE**:

- a) a liberdade de associação, de reunião, de crença religiosa, de expressão, de pensamento.
- b) o direito de herança, de propriedade, de sucessão de bens de estrangeiros situados no País.
- c) o direito do contraditório, da ampla defesa, de petição, do juiz natural.
- d) o direito à integridade física e moral, a proibição da pena de morte e das penas cruéis, a proibição da venda de órgãos.

QUESTÃO 06

O asilo político consiste no acolhimento de estrangeiro por parte de um Estado que não o seu, em virtude de perseguição política por ele sofrida e praticada por seu próprio país ou por terceiro. Assim sendo, é **INCORRETO** afirmar que

- a) as causas motivadoras da perseguição, em regra, são por dissidência política, livre manifestação de pensamento ou crimes relacionados com a segurança do Estado.
- b) o indivíduo não esteja envolvido em casos que configurem delitos praticados no âmbito do direito penal comum.
- c) o asilo político se constitui como ato de soberania estatal, de competência exclusiva do Congresso Nacional, passível de controle de legalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) a concessão de asilo político não é obrigatória para qualquer Estado, devendo as contingências políticas determinarem, caso a caso, as decisões do governo.

QUESTÃO 07

O processo legislativo consiste no conjunto de atos preordenados praticados pelos órgãos pertencentes ao Poder Legislativo, cujos procedimentos obedecem à determinada ordem e limitação. No caso de “Lei Complementar”, tais procedimentos consistem em:

- I. limitação quanto à forma e à matéria.
- II. limitação quanto à iniciativa.
- III. limitação quanto ao quórum para aprovação.
- IV. limitação quanto às exigências contidas na Constituição.

Considerando as afirmativas acima, é **VÁLIDO** afirmar que

- a) apenas a afirmativa I está correta.
- b) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) as afirmativas I, II, III e IV estão incorretas.

QUESTÃO 08

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado através da EC 45/2004, é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) que, por sua vez, possui as seguintes atribuições:

- receber e conhecer dos conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre os Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.
- receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários, além de proceder às inspeções e correições em geral.
- receber e conhecer dos conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal.
- receber e conhecer dos conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bom como entre tribunais e juízes a ele não vinculados.

QUESTÃO 09

Quanto aos sistemas estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, para enfrentar os períodos de crise política nos quais a ordem constitucional se vê ameaçada, estão previstos:

- o estado de defesa, o estado de sítio, a intervenção federal e o uso excepcional das forças armadas.
- a suspensão da Constituição, a lei marcial, o estado de defesa, o estado de sítio e a suspensão do *habeas corpus*.
- a supressão dos direitos fundamentais, entre eles, a inviolabilidade de domicílio e de correspondência.
- a vedação quanto à impetração do mandado de segurança, do mandado de injunção, do *habeas corpus* e do *habeas data*.

QUESTÃO 10

Segundo José Afonso da Silva, o controle de constitucionalidade tem por objetivo estabelecer, tecnicamente, a supremacia da Constituição frente ao ordenamento jurídico do Estado. Para tanto, no Brasil, foi adotada a seguinte forma de controle:

- político, no qual a verificação de inconstitucionalidade é entregue a órgãos determinados, de natureza política.
- jurisdicional, no qual prevalece a faculdade que a Constituição outorga ao Poder Judiciário de declarar a inconstitucionalidade de lei ou atos do Poder Público.
- misto, no qual certas categorias de lei são submetidas ao controle político e outras ao controle jurisdicional.
- concentrado, no qual o Supremo Tribunal Federal, no papel de Corte Constitucional, declara ou não a inconstitucionalidade de uma lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

Sobre os poderes e funções do Estado, analise as seguintes afirmativas:

- É possível que uma função típica atribuída a qualquer dos poderes de Estado seja convertida em atípica, e vice versa, por força de lei.
- Há exclusividade no exercício de cada função pelos Poderes de Estado.
- As linhas definidoras da competência têm caráter legal e apolítico.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- apenas as afirmativas I e II estão incorretas.

QUESTÃO 12

No tocante à Federação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A descentralização política autoriza a participação direta dos Estados nos planos nacionais.
- A partir da CF de 1988, os municípios podem editar formalmente suas constituições locais.
- A autonomia, no sentido técnico-político, pode ser resumida, especificamente, na capacidade de auto-organização assegurada a cada ente da federação para organização própria e dos seus serviços.
- O regime federativo exige a descentralização política.

QUESTÃO 13

Em relação à interação do direito administrativo, com os demais ramos de direito, analise as afirmativas a seguir:

- O direito administrativo é que dá mobilidade ao direito constitucional.
- O direito administrativo tem vínculo com o direito processual civil e penal.
- As normas de arrecadação de tributos podem ser tidas como de direito administrativo.
- A teoria civilista dos atos e negócios jurídicos têm aplicação supletiva aos atos e contratos administrativos.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 14

Dentre as assertivas abaixo, é **CORRETO** afirmar que

- a) o Estado é pessoa jurídica e a expressão de sua vontade pode ser entendida como a decisão do membro de cúpula de cada Poder Pertinente, ou seja, do agente político.
- b) os agentes públicos são mandatários do Estado.
- c) o órgão público, ainda que desprovido de personalidade jurídica, pode atuar em Juízo, na defesa dos seus interesses, em caráter excepcional, desde que exista expressa previsão legal.
- d) a vontade do órgão de representação plúrima ou colegiado deve emanar da unanimidade ou da maioria das vontades dos agentes que o integram, mesmo em se tratando de ato de rotina administrativa.

QUESTÃO 15

No que se refere aos Poderes Administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O ato administrativo submete-se ao controle judicial por força do princípio da moralidade.
- b) O poder regulamentar típico permite complementar a lei e é de caráter derivado.
- c) Auto-executoriedade e coercibilidade são atributos do poder de polícia.
- d) Os atos de polícia que avultam o princípio da proporcionalidade revelam-se ilegais, sendo, portanto, passíveis de anulação pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 16

Sobre a extinção dos atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar que

- a) a anulação promovida pela própria Administração decorre do exercício de sua prerrogativa de autotutela.
- b) a revogação é forma de extinção do ato administrativo válido, de caráter vinculado ou discricionário.
- c) a validade ou não do ato de revogação é passível de exame pelo Poder Judiciário.
- d) incabível a revogação dos atos cujos efeitos produzidos já restaram consolidados.

QUESTÃO 17

Sobre a Responsabilidade Civil do Estado é **CORRETO** afirmar, **EXCETO**:

- a) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, no exercício de suas funções, causarem a terceiros.
- b) Cabível ao Estado ajuizar ação de regresso em face do agente causador do dano, desde que tenha agido dolosamente, mostrando-se inviável à pretensão se a conduta foi meramente culposa.
- c) O princípio da repartição dos encargos também constitui fundamento da responsabilidade objetiva do Estado.
- d) As pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços delegados serão responsáveis pelos atos seus ou de seus prepostos, desde que haja vínculo jurídico de direito público entre o Estado e o delegatário.

QUESTÃO 18

No tocante aos agentes públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- a) para ser agente público, é mister o vínculo com o Estado, mesmo que não efetivo, mas perene, mediante contrato bilateral e remuneração.
- b) os agentes de fato podem ser necessários ou putativos.
- c) os agentes putativos desempenham atividade administrativa, mas não têm investidura no cargo.
- d) os agentes necessários apenas se assemelham, mas não são agentes de direito.

QUESTÃO 19

Sobre a organização da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que

- a) tem a incumbência exclusiva para exercício das funções de polícia judiciária neste Estado.
- b) não tem atribuição de polícia de preservação da ordem e segurança pública.
- c) é órgão autônomo do Poder Público, subordinada diretamente ao Governador do Estado.
- d) a proteção à incolumidade das pessoas não está inserida em suas atribuições legais.

QUESTÃO 20

Sobre o funcionamento organizacional da Polícia Civil é **CORRETO** afirmar que constituem unidades de atividades finalísticas de funções estratégicas, **EXCETO**:

- a) À Corregedoria-Geral de Polícia Civil.
- b) À Academia de Polícia Civil.
- c) O Departamento de Trânsito.
- d) À Superintendência-Geral de Polícia Civil.

DIRETO CIVIL

QUESTÃO 21

Considerando-se às obrigações de dar coisa certa, é **INCORRETO** afirmar que

- a) se a coisa perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente condição suspensiva, fica resolvida a obrigação, suportando o proprietário o prejuízo.
- b) se a coisa se perder, por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- c) se a coisa se deteriorar, sem culpa do devedor, poderá o credor, a seu critério, resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- d) se a coisa se deteriorar, por culpa do devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, sem no entanto, tem direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização por perdas e danos.

QUESTÃO 22

As seguintes afirmativas concernentes às obrigações solidárias estão corretas, **EXCETO**:

- a) a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) a obrigação solidária pode ser pura ou simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- c) o julgamento contrário a um dos credores solidário não atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao corredor que o obteve.
- d) o credor que tiver remitido a dívida não responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

QUESTÃO 23

As seguintes afirmativas concernentes às cláusulas especiais à compra e venda, previstas no Código Civil de 2002, estão corretas, **EXCETO**:

- a) a retrovenda é a cláusula pela qual o vendedor se reserva o direito de readquirir a coisa do comprador, no prazo máximo de 3 anos, restituindo-lhe o preço mais as despesas, sendo que esta cláusula só tem valor se o objeto do contrato for imóvel.
- b) a preempção ou preferência é a cláusula pela qual o comprador se compromete a oferecer a coisa ao vendedor, se algum dia se decidir a vendê-la. Podem as partes fixar prazo máximo de 180 dias para bens móveis e 2 anos para bens imóveis.

- c) a venda sujeita à prova entende-se realizada sob condição suspensiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.
- d) reserva de domínio é a cláusula que garante ao vendedor a propriedade de coisa móvel já entregue ao comprador até o pagamento total do preço, a forma da cláusula será sempre escrita.

QUESTÃO 24

A lei 12.424, de 16 de junho de 2011, inseriu no Código Civil, em seu artigo 1.240-A e seu parágrafo 1º, uma nova modalidade de usucapião em nosso ordenamento jurídico, o usucapião familiar. Sobre esta modalidade de usucapião, é **INCORRETO** afirmar que

- a) permite que um dos ex-cônjuges ou até mesmo ex-companheiros, oponha contra o outro o direito de usucapir a parte que não lhe pertence, possibilitando neste caso o usucapião entre condôminos.
- b) tem como requisito o exercício de posse direta por 2 anos ininterruptos, sem oposição e com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² ou rural de até 50 hectares.
- c) a parte que propõe a ação de usucapião não pode ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural, sendo que o direito de usucapir nesta modalidade não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- d) tem como o requisito o abandono do lar por um dos co-proprietários.

QUESTÃO 25

Considerando-se as formas de aquisição da propriedade do imóvel, é **CORRETO** afirmar que

- a) a aquisição da propriedade por invenção ou descoberta somente será efetivada depois de decorrido o prazo de 60 dias da divulgação da notícia pela imprensa e não se manifestando quem comprove a propriedade sobre a coisa.
- b) a aquisição por usucapião de bens móveis poderá ocorrer nas modalidades ordinárias, com 3 anos de posse, e extraordinária, com 5 anos de posse, sendo que somente nesta última modalidade será permitido ao possuidor acrescentar à sua posse a dos seus antecessores.
- c) o constituto possessório e a tradição "*brevi manu*" são formas de aquisição por tradição ficta, sendo que no constituto o proprietário de um bem aliena a coisa a outrem, mas continua como possuidor direto, enquanto que na tradição "*brevi manu*" ocorre justamente o contrário.
- d) a Confusão, a comissão e a adjunção são modos originários de aquisição da propriedade mobiliária e, assim como na especificação, não produzem espécies novas.

QUESTÃO 26

As seguintes afirmativas concernentes aos Direitos Reais de Garantia estão corretas, **EXCETO**:

- a) podem ser apontadas como características de penhor, da anticrese e da hipoteca: o poder de sequela, o direito de preferência, a excussão e a divisibilidade da garantia.
- b) na constituição do penhor, anticrese ou hipoteca é expressamente vedada à imposição de cláusula comissória no bojo do contrato.
- c) os contratos de penhor, anticrese ou hipoteca declaração sob pena de não terem eficácia o valor do crédito, sua estimulação, ou estimação, ou valor máximo; o prazo fixado para pagamento; a taxa de juros, se houver; e o bem dado em garantia com suas especificações.
- d) salvo cláusula expressa, o terceiro que prestar garantia real por dívida alheia não fica obrigado a substituí-la, ou reforçá-la, quando, sem culpa sua, se perca, deteriore, ou desvalorize.

QUESTÃO 27

São características da obrigação alimentar:

- a) direito personalíssimo, invariabilidade e reciprocidade.
- b) alternatividade das prestações, irrenunciabilidade e repetibilidade.
- c) alternatividade das prestações, variabilidade e transmissibilidade sucessória *sui generis* da prestação.
- d) divisibilidade, imprescritibilidade e intransmissibilidade sucessória *sui generis* da prestação.

QUESTÃO 28

Considerando-se os aspectos gerais do casamento, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o casamento tem como característica ser uma ato personalíssimo, solene, de união permanente, regido por normas de ordem pública e dissolúvel.
- b) o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, sem que se tenha que alegar alguma causa ou mesmo sem mais prazo algum.
- c) o casamento religioso, celebrado sem as formalidade exigidas pela legislação vigente, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, submetendo-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil, contudo, na hipótese de uma das partes falecer, antes do casamento religioso se reconhecido, não se pode mais requer os efeitos civis.
- d) as causas suspensivas do casamento visam a resguardar interesse público e, portanto, podem ser opostos por qualquer pessoa capaz até o momento da celebração do casamento.

QUESTÃO 29

As seguintes afirmativas concernentes ao Direito de Sucessão estão corretas, **EXCETO**:

- a) aberta a sucessão, ou seja, com a morte, a posse e a propriedade dos bens do falecido são imediatamente transmitidas aos herdeiros legítimos e testamentários, com exceção do legatário que somente assume a posse com a partilha.
- b) não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, contudo, quem renuncia à herança, não está impedido de aceitar o legado.
- c) a cessão dos direitos hereditários pode ser total ou parcial, gratuita ou onerosa, cabendo sempre aos coherdeiros o exercício do direito de preferência na cota hereditária do cedente.
- d) na sucessão testamentária, diferentemente da sucessão legítima, não existe a previsão para o direito de representação, todavia, poderá o testador consignar cláusula de substituição com o intuito de estabelecer os efeitos da representação.

QUESTÃO 30

Moisés, falecido em 2010, era casado com Yara, sob regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, os cônjuges não adquiriram bens. O casal teve 2 filhos, Ênio e Laylla. Ênio teve 3 filhos (A, B e C) e faleceu em 2005. Laylla teve 2 filhos (D e E) e renunciou a herança de seu pai Moises. O patrimônio deixado por Moises foi totalmente adquirido antes do casamento. Assinale a alternativa que indica de forma **CORRETA** como deverá ser distribuída a herança deixada por Moisés:

- a) 1/3 para cada um dos 3 filhos de Ênio de forma igualitária.
- b) 1/5 para cada um dos netos do falecido de forma igualitária.
- c) 1/4 para Yara, por concorrência e o restante distribuído de forma igualitária entre os 5 netos do falecido.
- d) 1/6 para cada um dos netos do falecido de forma igualitária e 1/6 para Yara, por concorrência.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 31

Em relação às Teorias do Delito, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A antinormatividade, de acordo com Zaffaroni, consiste em se averiguar a proibição através da indagação do alcance proibitivo da norma, não considerada de forma isolada, e sim conglobada na ordem normativa.
- b) A culpa imprópria está presente na discriminante putativa, nela, o agente dá causa dolosa ao resultado, mas responde como se tivesse praticado crime culposo, em razão de erro evitável pelas circunstâncias.
- c) No dolo direto, o agente quer efetivamente produzir o resultado, ao praticar a conduta típica, e no dolo indireto, o agente não busca com sua conduta resultado certo e determinado, subdividindo-se em dolo alternativo e eventual.
- d) De acordo com a teoria objetiva-formal, há tentativa, quando o agente, de modo inequívoco, exterioriza sua conduta no sentido de praticar a infração penal.

QUESTÃO 32

Com relação ao erro de tipo e ao erro de proibição, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O erro de tipo permissível inescusável é aquele que recai sobre situação de fato, excluindo a culpabilidade dolosa, mas permitindo a punição do agente a título de culpa.
- b) De acordo com a teoria extremada da culpabilidade, todo e qualquer erro que recaia sobre uma causa de justificação é erro sobre a ilicitude do fato.
- c) O erro, sobre a causa do resultado, afasta o dolo ou a culpa, tendo em vista que recai sobre elemento essencial do fato.
- d) O erro de proibição mandamental é aquele que recai sobre uma norma impositiva e, se inevitável, isenta o agente de pena.

QUESTÃO 33

Com relação à **ilicitude** e à **culpabilidade**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Para a teoria psicológica, a culpabilidade consiste no vínculo psicológico entre o autor e o fato, podendo ser afastada em virtude de erro ou coação, que suprima o elemento intelectual e o elemento volitivo do dolo.

- b) De acordo com a teoria psicológico-normativa, a culpabilidade tem como pressuposto a imputabilidade, sendo composta pelo dolo ou culpa e exigibilidade de conduta diversa.
- c) A prática de fato típico, em razão de obediência à ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico, exclui a ilicitude por estrito cumprimento do dever legal.
- d) É possível a contraposição de legítimas defesas, agindo um agente em legítima defesa putativa e o outro em legítima defesa real.

QUESTÃO 34

Considerando o Código Penal e as Teorias do Delito é **INCORRETA** afirmar que:

- a) Com relação ao tipo doloso, o Código Penal Brasileiro adotou as teorias da vontade e do assentimento e não a da atividade.
- b) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo é efeito genérico da condenação, não necessitando, dessa forma, ser determinada de forma explícita e fundamentada da sentença penal condenatória.
- c) A previsibilidade objetiva é elemento integrante do tipo culposo, podendo a previsibilidade subjetiva ser analisada por ocasião da culpabilidade.
- d) De acordo com a teoria finalista, a ação é o comportamento humano voluntário, dirigido à atividade final lícita ou ilícita.

QUESTÃO 35

Com relação às penas e sua aplicação, é **CORRETO** afirmar que

- a) conforme a regra geral do Código Penal, o regime inicialmente fechado é cabível sempre que for o réu reincidente em crime doloso.
- b) para fins de detração penal, o tempo de prisão provisória não se computa no do tratamento ambulatorial, por possuir a medida de segurança prazo indeterminável e natureza jurídica diversa da pena.
- c) nos crimes que envolvam violência doméstica, a Lei nº 11.340/2006 veda a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos de prestação pecuniária ou o pagamento isolado de multa.
- d) apesar de não previsto expressamente pela Lei nº 9.605/98, a possibilidade de aplicação de pena à pessoa jurídica, condenada por crime ambiental, aplicam-se a elas, subsidiariamente, no que couber, o disposto no art. 44 do Código Penal.

QUESTÃO 36

Considerando-se a relação de causalidade, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o Código Penal adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- b) a superveniência de causa relativamente independente exclui o crime quando, por si só, produzir o resultado, podendo, entretanto, os fatos anteriores serem imputados a quem os praticou.
- c) o agente que efetua disparo de arma de fogo contra outrem, atingindo-o e, arrependido, leva a vítima para o hospital, vindo esta a falecer, em razão de infecção hospitalar, responde pelo crime de homicídio consumado.
- d) pratica crime comissivo por omissão, o delegado de polícia que, de forma indulgente, deixa de lavrar auto de prisão em flagrante no qual o conduzido é seu vizinho.

QUESTÃO 37

Em relação à aplicação da Lei Penal é **CORRETO** afirmar que:

- a) Para aplicação da lei penal no tempo e no espaço, o Código Penal Brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do resultado e da ubiquidade.
- b) De acordo com o art. 10 do Código Penal, na contagem de prazos penais, não se computará o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- c) Pelo princípio da especialidade, o agente que efetua diversos disparos de arma de fogo para o alto, vindo a causar a morte de dois transeuntes, responde pelos crimes de homicídio consumado, em concurso formal impróprio, já que a norma especial afasta a aplicação da norma geral.
- d) Com a *abolitio criminis* procedida pela Lei nº 11.106/2005, para o crime de rapto, cessaram todos os efeitos penais advindo de eventuais condenações, permanecendo, contudo, os efeitos civis.

QUESTÃO 38

Com relação à legislação especial, é **INCORRETO** afirmar que

- a) nos crimes contra a ordem tributária, o pagamento do tributo, antes do recebimento da denúncia, caracteriza causa extintiva de punibilidade.
- b) motorista de táxi que se distrai conversando com passageiro e atropela pedestre, causando-lhe lesões corporais e é induzido pelo acompanhante a deixar de prestar socorro à vítima, responde pelo crime de lesão corporal culposa, funcionando a omissão de socorro e a circunstância de estar no exercício da profissão como causas especiais de aumento de pena, confor-

me a Lei nº 9.503/97, respondendo o passageiro pelo crime de omissão de socorro, previsto no art. 135 do Código Penal.

- c) a Lei de Tortura prevê exceção, ao princípio da territorialidade, determinando a aplicação da lei brasileira a crimes ocorridos fora do território brasileiro, sempre que a vítima for brasileira.
- d) para o crime de tráfico ilícito de entorpecentes, a associação eventual constitui causa de aumento de pena, sendo a associação para o tráfico, prevista no art. 35 da Lei nº 11.343/2006, delito autônomo que demanda comprovação da estabilidade e permanência da *societas sceleris*.

QUESTÃO 39

Com relação aos crimes patrimoniais, é **INCORRETO** afirmar que

- a) segundo entendimento consolidado pelo STF, o crime de estelionato, quando na modalidade de fraude no pagamento, por meio de cheque, consuma-se no momento e local em que o banco sacado recusa o seu pagamento.
- b) o agente que rouba o veículo da vítima e, sem motivação alguma, a coloca no porta malas, abandonando-a em estrada de município vizinho, responde pelos crimes de roubo e sequestro, em concurso material.
- c) o agente que invade estabelecimento comercial anunciando assalto e acaba por matar o proprietário e um cliente, fugindo em seguida com o dinheiro do caixa e a carteira do cliente, responde por um só crime de latrocínio, crime complexo em que a pluralidade de vítimas serve apenas para fixação da pena.
- d) agente que, após furtar, em concurso de pessoas, preciosa jóia em shopping Center, adquire a quota parte, dos demais meliantes, não responde por crime de receptação, tratando-se de *post factum* impunível.

QUESTÃO 40

Com relação aos crimes abaixo destacados, é **CORRETO** afirmar que:

- a) é possível a participação de particular no delito de corrupção passiva, já que as circunstâncias de caráter pessoal elementares ao crime se comunicam.
- b) o homicídio praticado com dolo eventual afasta a incidência das circunstâncias qualificadoras, uma vez que o agente não quer diretamente o resultado, apenas assume o risco de produzi-lo.
- c) para a configuração do crime de maus tratos, é necessário submeter a vítima a intenso sofrimento físico ou psíquico, expondo-a a perigo de vida ou de saúde.
- d) caracteriza-se o crime de injúria, ainda que as imputações ofensivas à honra subjetiva da vítima sejam verdadeiras, cabendo exceção da verdade somente se o ofendido for funcionário público e a ofensa relativa ao exercício de suas funções.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 41

Sobre o tribunal do júri é **INCORRETO** afirmar:

- a) Nas comarcas de mais de 100.000 (cem mil) habitantes serão alistados de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) jurados.
- b) Se o interesse da ordem pública reclamar o juiz poderá, logo após o interrogatório do acusado, determinar o desaforamento do julgamento.
- c) O serviço de jurado é obrigatório e somente compreenderá maiores de 18 anos.
- d) Os jurados poderão formular perguntas às testemunhas por intermédio do juiz-presidente.

QUESTÃO 42

NÃO haverá o quebramento da fiança quando:

- a) Deliberadamente o afiançado praticar ato de obstrução ao andamento do inquérito/processo.
- b) Descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- c) Resistir injustificadamente a ordem judicial.
- d) Deixar de comparecer, por justo motivo, quando regularmente intimado para ato processual.

QUESTÃO 43

Sobre a prisão preventiva é **CORRETO** afirmar:

- a) poderá ser decretada de ofício pelo juiz na fase do inquérito policial.
- b) poderá ser decretada em crime doloso, quando se tratar de reincidente, independente da pena cominada ao delito.
- c) nos casos de violência doméstica poderá ser decretada independentemente da imposição anterior de medida protetiva.
- d) quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa poderá ser decretada e mantida mesmo após superada a dúvida.

QUESTÃO 44

Sobre a prova pericial é **INCORRETO** afirmar:

- a) O exame de corpo de delito deverá ser assinado por 2 (dois) peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- b) O exame de corpo de delito poderá ser realizado qualquer dia e horário, inclusive aos domingos.
- c) A autópsia será realizada, em regra, 6 (seis) horas após o óbito.
- d) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia.

QUESTÃO 45

Sobre recursos no processo penal é **INCORRETO** afirmar:

- a) O recurso de agravo, previsto no art. 197 da LEP, tem efeito regressivo.
- b) A apelação no juizado especial tem prazo de 10 dias.
- c) No juizado especial a parte recorrente pode protestar por apresentar as razões de apelação perante a turma recursal.
- d) O prazo dos embargos de declaração no juizado especial é de 5 (cinco) dias.

QUESTÃO 46

Sobre o inquérito policial é **INCORRETO** afirmar:

- a) Tem valor probante relativo.
- b) Todas as provas produzidas devem ser repetidas sob contraditório.
- c) Vícios do inquérito não nulificam subsequente ação penal.
- d) O investigado pode requerer diligências.

QUESTÃO 47

Sobre a prova no processo penal brasileiro é **INCORRETO** afirmar:

- a) A prova sobre o “estado das pessoas” deve observar restrições estabelecidas na lei civil.
- b) A confissão deve ser cotejada com outros elementos de convicção.
- c) A narcoanálise constitui método para obtenção de informações úteis à moderna investigação policial.
- d) O juiz pode determinar a realização de prova mesmo antes de iniciada a ação penal.

QUESTÃO 48

NÃO é condição geral ou especial da ação penal:

- a) O pedido.
- b) A legitimidade das partes.
- c) A entrada do agente no território nacional em caso de extraterritorialidade da lei penal.
- d) A requisição do Ministro da Justiça.

QUESTÃO 49

NÃO poderá ser cumulada com outra medida cautelar

- a) a monitoração eletrônica.
- b) a proibição de ausentar-se do País, inclusive mediante entrega do passaporte.
- c) a fiança.
- d) a prisão domiciliar.

QUESTÃO 50

Para determinação da competência, no âmbito do juizado especial criminal, adota-se:

- a) a teoria do resultado.
- b) a teoria da ubiquidade.
- c) a teoria da atividade.
- d) a teoria da informalidade.

MEDICINA LEGAL

QUESTÃO 51

A capacidade de diagnosticar e mensurar a dor, alegada em um exame pericial, constitui um desafio da medicina legal, por se tratar de um dado subjetivo.

O sinal de dor, avaliado pela contagem prévia do pulso radial, compressão do ponto doloroso alegado e nova contagem do pulso, é denominado pelo epônimo de sinal de

- a) Mulher.
- b) Levi.
- c) Imbert.
- d) Mankof.

QUESTÃO 52

Constituem fatores, que interferem na evolução da putrefação cadavérica, **EXCETO**:

- a) Temperatura ambiente.
- b) Espasmo cadavérico.
- c) Idade do morto.
- d) Umidade do ar.

QUESTÃO 53

Representa uma docimásia extrapulmonar:

- a) Siálca de Souza-Dinitz.
- b) Hidrostática de Galeno.
- c) Táctil de Nero Rojas.
- d) Visual de Bouchut.

QUESTÃO 54

Considerando as lesões corporais dolosas graves relativas à eventualidade “perigo de vida”, pode-se afirmar que

- a) constitui prognóstico de morte futura.
- b) constitui provável complicação letal vindoura.
- c) constitui situação concreta de morte iminente.
- d) todas as opções listadas acima contemplam o conceito perigo de vida.

QUESTÃO 55

Denomina-se o processo especial de transformação, que ocorre no cadáver do feto retido no útero materno, do sexto ao nono mês de gravidez:

- a) Maceração.
- b) Corificação.
- c) Mumificação.
- d) Saponificação.

QUESTÃO 56

No esqueleto, a estimativa do sexo, faz-se pelas características morfológicas observadas, após a puberdade. Os achados mais evidentes do dimorfismo sexual são observados no(a)

- a) clavícula.
- b) úmero.
- c) fêmur.
- d) pelve.

QUESTÃO 57

Uma luxação do ombro, caracteriza a ação de um instrumento

- a) cortante.
- b) perfurante.
- c) contundente.
- d) cortocontundente.

QUESTÃO 58

Constitui um exemplo de asfixia mecânica pura de interesse médico-legal:

- a) Sufocação direta.
- b) Estrangulamento típico.
- c) Enforcamento completo.
- d) Esganadura antebraquial.

QUESTÃO 59

A classificação das queimaduras, que considera a profundidade das lesões, é definida em graus, do primeiro ao quarto. Uma queimadura que apresenta vesículas ou flictenas, contendo líquido seroso, remete-se:

- a) primeiro grau.
- b) segundo grau.
- c) terceiro grau.
- d) quarto grau.

QUESTÃO 60

Retalhos de hímen roto pelo parto vaginal, os quais se retraem constituindo verdadeiros tubérculos em sua implantação, correspondem a

- a) entalhes himenais.
- b) hímens cribriformes.
- c) carúnculas mirtiformes.
- d) chanfraduras vulvo-himenais.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 61

A Constituição da República de 1988 alargou significativamente o campo dos direitos e garantias fundamentais, por isso é um marco jurídico da transição ao regime democrático no Brasil. Nesse processo de transição, é acentuada, na Constituição, a preocupação em assegurar os valores da dignidade e do bem-estar da pessoa humana, como imperativo de justiça social. **NÃO** corrobora com o contexto acima, este entendimento o argumento:

- a) Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro visam à concretização da democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana.

- b) Os direitos fundamentais, que têm como núcleo a dignidade da pessoa humana, são elementos básicos para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora.
- c) A Constituição traz a previsão expressa do valor da dignidade da pessoa humana como imperativo da justiça social, mas que deve ceder frente à necessidade de se preservar a ordem democrática.
- d) O valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como núcleo básico e informador do todo o ordenamento jurídico como critério e parâmetro que orienta a compreensão do sistema constitucional.

QUESTÃO 62

Os fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme expressos na Constituição são:

- a) Os direitos políticos: votar e ser votado.
- b) A cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- c) Federalismo e República, como formas de organização política.
- d) Meio ambiente e cultura, como bens de uso comum do povo.

QUESTÃO 63

Os direitos e garantias, enumerados na Constituição, não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Leia e analise as assertivas abaixo:

- I. A Constituição atribuiu aos direitos internacionais uma natureza especial e diferenciada, qual seja, a natureza de norma constitucional.
- II. Os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos, de que o Brasil é parte, integram o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados.
- III. A interpretação sistemática do texto constitucional exige que a dignidade da pessoa seja o parâmetro orientador para a compreensão do fenômeno constitucional.

Marque a opção **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) as assertivas I, II e III estão incorretas.
- c) as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) apenas as assertivas II e III estão corretas.

QUESTÃO 64

A criação das Nações Unidas, com suas agências especializadas, demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, inclusive a proteção internacional dos direitos humanos. Associe abaixo cada órgão enumerado da ONU à sua competência:

ÓRGÃO

- I. Assembléia Geral.
- II. Corte Internacional de Justiça.
- III. Conselho Econômico e Social.
- IV. Conselho de Tutela.

COMPETÊNCIA

- (a) Fomentar o processo de descolonização e autodeterminação dos povos, a fim de que pudessem alcançar, por meio de desenvolvimento progressivo, governo próprio.
- (b) Promover a cooperação em questões econômicas, sociais e culturais e fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos.
- (c) Discutir e fazer recomendações relativas a qualquer matéria objeto da Carta das Nações Unidas.
- (d) Decidir acerca das questões contenciosas e consultivas, todavia somente nas questões em que os Estados são partes perante ela.

Marque a **CORRETA** relação:

- a) I (c); II (d); III (b); IV (a).
- b) I (a); II (d); III (b); IV (c).
- c) I (c); II (d); III (a); IV (b).
- d) I (d); II (c); III (b); IV (a).

QUESTÃO 65

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos pode apresentar diferentes âmbitos de aplicação, daí poder se falar de sistemas global e regional. O instrumento de maior importância no sistema interamericano é a Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de San José da Costa Rica que

- a) foi assinada em San José, Costa Rica, em 1969, tendo como Estados-membros todos os países das Américas do Norte, Central e do Sul, que queiram participar.
- b) substancialmente reconhece e assegura um catálogo de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, garantindo-lhes a plena realização.
- c) exige dos governantes dos Estados signatários estritamente obrigações de natureza negativas, como por exemplo o dever de não torturar um indivíduo.
- d) em face dos direitos constantes no texto, cada Estado-parte deve respeitar e assegurar o livre e pleno exercício desses direitos e liberdades, sem qualquer discriminação.

QUESTÃO 66

A verdadeira consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, por isso o moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é um fenômeno do pós-guerra. Dentre as proposições abaixo, assinale a que **NÃO** corrobora com o enunciado acima:

- a) O desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e, após, à crença de que somente uma guerra poderia por fim a essas violações no âmbito internacional para garantir internamente em cada Estado nacional a dignidade da pessoa humana.
- b) A internacionalização dos direitos humanos constitui um movimento extremamente recente da história, surgido a partir do pós-guerra, como proposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra deveria significar sua reconstrução.
- c) No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vigora a lógica de destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável.
- d) A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana, como valor fonte do direito. Essa ruptura fez emergir a necessidade da reconstrução dos direitos humanos como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral.

QUESTÃO 67

A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser caracterizada, primeiramente por sua amplitude, compreendendo um conjunto de direitos e faculdades, sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual. Em segundo lugar, pela universalidade, aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, seja qual for o regime político dos territórios nos quais incide. Assinale abaixo a assertiva que é **CONTRÁRIA** ao enunciado acima:

- a) Como uma plataforma comum de ação, a Declaração foi adotada em 10 de dezembro de 1948, pela aprovação de 48 Estados, com 8 abstenções.
- b) Objetiva delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade da pessoa humana, para orientar o desenvolvimento de uma raça humana superior.
- c) Introduce a indivisibilidade dos direitos humanos, ao conjugar o catálogo dos direitos civis e políticos, com o dos direitos econômicos, sociais e culturais.
- d) Teve imediatamente, após a sua adoção, grande repercussão moral ao despertar nos povos a consciência de que o conjunto da comunidade humana se interessava pelo seu destino.

QUESTÃO 68

A concepção universal dos direitos humanos, demarcada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, sofreu e sofre fortes resistências dos adeptos do movimento do relativismo cultural. Retoma-se dessa forma o velho dilema sobre o alcance das normas de direitos humanos. Associe abaixo as características intrínsecas a essas concepções:

- (I) Concepção universalista.
(II) Concepção relativista.

- () Flexibiliza as noções de soberania nacional e jurisdição doméstica, ao consagrar um parâmetro internacional mínimo, relativo à proteção dos direitos humanos aos quais os Estados devem se conformar.
- () A noção de direito está estritamente relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade.
- () Cada cultura tem seu próprio discurso acerca dos direitos fundamentais, que está relacionado às específicas circunstâncias culturais e históricas de cada sociedade.
- () O pluralismo cultural impede a formação de uma moral universal, tornando-se necessário que se respeitem as diferenças culturais apresentadas em cada sociedade.

Marque a opção **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) (I) (II) (II) (I).
b) (II) (I) (I) (I).
c) (I) (II) (II) (II).
d) (I) (II) (I) (II).

QUESTÃO 69

A Constituição brasileira de 1988 simboliza o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. O texto de 1988 empresta aos direitos e garantias ênfase extraordinária, destacando-se como documento mais avançado, abrangente e pormenorizado sobre a matéria na história do País.

Leia e analise as assertivas abaixo:

- I. Ao romper com a sistemática das Constituições anteriores, a Constituição de 1988, ineditamente, consagra o primado do respeito aos direitos humanos, abrindo a ordem jurídica interna ao sistema de proteção internacional desses direitos.
- II. As relevantes transformações internas, decorrentes do processo de democratização, permitiram que os direitos humanos se convertessem em tema fundamental na agenda internacional do País, a partir de então.

- III. No plano das relações internacionais, tem-se de observar que não houve inovações na Constituição de 1988, pois a mesma reproduz ainda, no texto, a antiga preocupação vivida no Império com a dependência nacional e a não intervenção.

Marque a opção **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas I e III estão corretas.
b) Somente a assertiva III está incorreta.
c) apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) as assertivas I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 70

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos apresenta, no âmbito de aplicação, um sistema global e um sistema regional. Segundo entende a doutrina, esses dois sistemas não são incompatíveis, são ambos úteis e complementares. Todas as assertivas abaixo corroboram com esse entendimento, **EXCETO**:

- a) Cada um dos sistemas de proteção apresenta um aparato jurídico próprio.
- b) O sistema interamericano tem como principal instrumento a Convenção Interamericana de Direitos Humanos de 1969.
- c) Há atualmente três sistemas regionais principais: o europeu, o interamericano e o africano.
- d) O sistema europeu tem como principal instrumento o Tratado da União Europeia.